CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Divulgação

União das frentes é nova estratégia da oposição

União das frentes é novidade importante no Congresso

Ao retomar na prática as relações com o Congresso após o final do recesso em fevereiro, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva irá deparar com uma novidade estratégica que começou a ser fortemente construída no final do ano passado. As frentes parlamentares que representam diversos setores do país já existem desde a Constituinte no final dos anos 80. A novidade é que elas começaram a se unir. A agir em conjunto. Se separadas já tinham força em questões específicas, unidas ficam bem mais poderosas. No final do ano, primeira iniciativa nesse sentido foi feita quando diversas frentes assinaram nota conjunta contra a medida provisória que reonera a folha de pagamento dos 17 principais setores da economia.

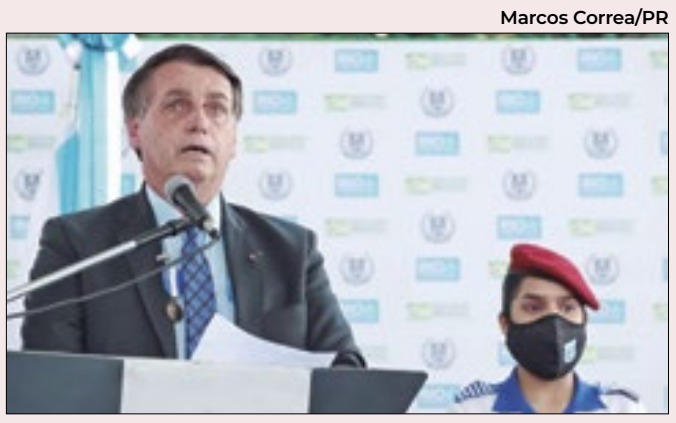
Educação

Na quarta-feira (24), a estratégia foi usada novamente para tentar adiar a Conferência Nacional de Educação (Conae). A reunião está marcada para começar no dia 28. As frentes conjuntas querem adiar a reunião, que define a construção do Plano Nacional de Educação.

Conservadores

No caso da reoneração, havia um leque parlamentar mais amplo. Agora, fica claro que a estratégia de união é utilizada especialmente pelos grupos mais conservadores do Congresso. Que já são maioria. Unidas, porém, podem provocar mais dor de cabeça.

Marcos Correa/PR



Escolas cívico-militares tiveram defesa de Bolsonaro

Unidos para defender seus pontos sobre educação

No caso agora, assinam nota conjunta frentes que são presididas por parlamentares identificados com os grupos mais à direita. Para defender conceitos que tiveram crescimento no governo Jair Bolsonaro, e agora o governo Lula rechaça. Casos do home schooling e das escolas cívico-militares. Assinam a nota, por exemplo, nomes como Luiz Philippe de Orleáns e Bragança (PL-SP), presidente da Frente Parlamentar do Livre Mercado; Joaquim Passarinho (PL-PA), presidente da Frente do Empreendedorismo, entre outros. Se terá forças para barrar a reunião do Conae, é improvável. Mas as frentes unidas mostram sua força.

Marco Temporal

Outra briga no horizonte logo que acabar o recesso terá como palco o Supremo Tribunal Federal (STF). Ali, os ministros logo irão se debruçar sobre a questão do Marco Temporal das terras indígenas. Há várias ações na pauta, todas elas nas mãos do ministro Gilmar Mendes.

Reação à lei

No ano passado, o STF resolveu que o Marco Temporal seria inconstitucional. Antes mesmo, porém, da decisão do STF, o Congresso aprovou lei estabelecendo que a promulgação da Constituição de 1988 seria marco para definir as terras ocupadas pelos indígenas.

Ações

Lula fez um veto parcial à lei. O Congresso derrubou. Agora, várias ações contestam o que foi aprovado. Há uma ação movida pelo Psol e pela Rede e outra do PT, PCdoB e PV. Há ainda uma do PP, Republicanos e PL pedindo que o STF ratifique a constitucionalidade da lei.

Indenização

Quando julgou anteriormente a questão, Gilmar Mendes votou seguindo a posição de Alexandre de Moraes. Essa posição define a inconstitucionalidade do Marco Temporal, mas estabelece que haja uma indenização a quem tenha ocupado as terras indígenas de boa fé.

Política industrial vira novo rolo para o governo federal

Mercado reagiu mal e até mesmo o próprio Lula criticou

Por Gabriela Gallo

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Lula criticou plano industrial formulado por Geraldo Alckmin

A nova política industrial, intitulada Nova Indústria Brasil (NIB), mal foi lançada e já é alvo de polêmica. As mudanças foram anunciadas pelo governo federal no início desta semana para impulsionar o setor industrial nacional até 2033 e reverter a chamada "desindustrialização precoce do país". Para alcançar este objetivo, serão disponibilizados R$ 300 bilhões para financiamentos de 2024 a 2026, que serão repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A notícia não foi bem recebida pelo mercado financeiro, por considerar que a proposta provocará impacto fiscal e repetirá erros econômicos do passado. Nesta segunda-feira (22), mesmo dia em que o projeto foi anunciado, o dólar comercial chegou a ser vendido a R$ 4,988, a maior cotação do ano com uma alta de R$ 0,061 (+1,24%). Além disso, a Bolsa de Valores caiu quase 1% e atingiu o menor nível em 40 dias.

Em conversa com a reportagem, o doutor em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) Roberto Luis Troster concorda que a nova política industrial demonstra ser "mais do mesmo", critica que, por incrível que pareça, acabou sendo feita pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"A nova política industrial, pelo que foi anunciado, é meritória, já que quer mais industrialização, avanços tecnológicos e modernização. Todavia, é mais do mesmo. É mais do que foi feito no passado e não deu certo, insiste mais no mesmo: crédito subsidiado", disse ao Correio da Manhã.

"Por que só a indústria tem crédito subsidiado e não as microempresas e toda a cadeia produtiva? O que adianta alguns industriais terem mais dinheiro, mas seus fornecedores não terem? É uma política que fazia sentido nos anos 1950 e 1960, mas hoje em dia não faz mais sentido. Fora o custo fiscal: se o banco empresta abaixo da taxa de mercado, alguém tem que pagar essa diferença", completou o economista.

Política

A repercussão negativa também resultou em ruídos internos no governo federal. Informações nos bastidores apontam que o presidente Lula se irritou com a forma como o projeto foi divulgado, já que ele só teve acesso às informações do documento horas antes do lançamento do programa. O presidente fez críticas ao projeto afirmando que a proposta não tem metas concretas, o que abre brechas para críticas de que a nova política se trata de uma reedição de medidas antigas, como considerou o economista Troster. Além disso, Lula também apontou falhas no documento, como problemas nos prazos para cumprimento das metas estabelecidas.

A proposta foi desenvolvida ao longo de seis meses por membros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial cujo líder é o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB). Com a repercussão negativa, o vice-presidente defendeu que os R$ 300 bilhões da nova política industrial não têm um impacto fiscal.

Em uma entrevista concedida ao portal UOL na quarta-feira (24), ele reforçou que "o governo não vai fazer nenhum aporte de dinheiro para o BNDES, não vai colocar recursos a mais".

"É natural que toda grande entrega traga também interpretações equivocadas, por isso é bom enfatizar. O plano lançado que lança as bases para a retomada da indústria brasileira é engenhoso, inovador e sustentável, inclusive do ponto de vista fiscal. Não há ameaça ao equilíbrio orçamentário", escreveu Alckmin por meio de suas redes sociais.

No entanto, esse ruído interno não deve gerar um embate maior entre Lula e Alckmin, segundo o analista político Leandro Gabiati. "O Alckmin é um político muito hábil que geralmente evita confrontos. Ele fez isso muito com o Haddad nesse primeiro ano de governo, ele evita entrar em disputa, evita esse desgaste e com o Lula deve ser a mesma situação. Se houver críticas do Lula à política, provavelmente o Alckmin não entrará em qualquer embate, muito menos com o presidente da República", afirmou Gabiati ao Correio da Manhã.

Brasil sediará reunião entre Venezuela e Guiana

Por Ana Paula Marques

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Brasil poderá dar recado a Maduro sobre conflito

Nesta quinta-feira (25), os chanceleres da Guiana, Hugh Todd, e da Venezuela, Yván Gil Pinto, se reunirão em Brasília para discutir a disputa territorial por Essequibo, na Guiana. O encontro será intermediado pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, e é a chance brasileira de demonstrar sua influência política na América Latina.

Após as gafes das políticas externas nas investidas para chegar a um acordo nos conflitos recentes como o da Ucrânia e Rússia e entre Israel e o Hamas, o governo brasileiro agora tem a possibilidade de garantir sucesso na intermediação, para evitar que aconteça um conflito armado na Guiana, que faz fronteira com o Brasil. A discussão durante a reunião com os países, deve ir na linha de uma cooperação mais ampla e um canal mais aberto de comunicação entre Venezuela e Guiana.

O conflito entre os países se intensificou após o governo venezuelano afirmar ter o direito pela região de Essequibo. O território está atualmente localizado na região guianense, em um trecho de 160 quilômetros quadrados que corresponde a cerca de 70% de toda a Guiana e atravessa seis dos dez estados do país. A área é rica em petróleo e em outros recursos naturais.

Líder Brasil

"O Brasil é reconhecido por adotar em sua diplomacia o diálogo como ferramenta de política externa. E uma guerra não costuma fazer parte do repertório da atuação brasileira no plano internacional", avalia a advogada especialista em Direito Internacional e internacionalista Hannah Gomes.

"O Brasil sempre pontuou e se orgulha, como um protagonista do continente, que a América Latina é um território de paz e cooperação. Então, o governo irá buscar uma solução pacífica do conflito em torno da região da Guiana", explica.

O ministro das Relações Exteriores, já declarou que o presidente não apoiará nenhuma investida armada por parte da Venezuela na Guiana. "O presidente está tranquilo. Disse que o Brasil não apoia nem apoiará nenhum ato de arbitrariedade e que a coisa precisa ser resolvida no campo diplomático", disse.

Recado dado

O recado de que a Venezuela não terá apoio brasileiro também veio através de um convite, aceito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para participar da cúpula da comunidade dos Estados do Caribe (Caricom), que neste ano acontece justamente na Guiana. O Brasil não faz parte do bloco e usará o convite para reforçar as relações com países caribenhos.

A oportunidade de ir à Caricom, segundo a internacionalista, também deverá ser usada para o Brasil demonstrar coerência na política externa e reforçar sua liderança no continente, demonstrando para a comunidade internacional que ainda tem força e reconhecimento como liderança, mesmo após as "derrotas" nas últimas interferências em conflitos.

"Também será uma demonstração a Nicolás Maduro, — presidente da Venezuela — de que o Brasil pode até mesmo romper relações com o amigo venezuelano, preservando, assim, relações com outros países que também já apresentaram oposição a esse conflito", explicou

Se acontecer, a guinada brasileira pode levar Maduro a um cenário político ainda mais isolado. Sem o apoio do Brasil, potências estrangeiras da Europa e até mesmo os Estados Unidos podem tomar frente nessas tratativas. "Com esse cenário, o suporte irá para a Guiana e acabará em interferência externa na política latino-americana, o que não é o desejo de nenhum dos três países envolvidos, — Brasil, Venezuela e Guiana — muito menos da comunidade caribenha", prevê a especialista.

Logo após participar do encontro da Caricom, Lula deve emendar a viagem com a cúpula de outro grupo, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), que acontecerá no dia 1o de março, em São Vicente e Granadinas, no Caribe.